Missões
Revista de Ciências Humanas e Sociais

A (DES) CONFIANÇA POLÍTICA ENTRE OS BRASILEIROS E O RESSURGIMENTO AUTORITÁRIO

LA (DES) CONFIANZA EN LA POLÍTICA ENTRE LOS BRASILEÑOS Y EL RESURGIMIENTO DEL AUTORITARISMO

POLITICAL (DIS) CONFIDENCE AMONG BRAZILIANS AND THE AUTHORITY RESURRECTION

Recebido em: 24/09/2024
Aceito em: 31/10/2025
Publicado em: 01/04/2026

Fábio Hoffmann[1]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Esta pesquisa compara e investiga algumas das razões para alta desconfiança política dos brasileiros num contexto de cultura política autoritária e sua relação com a ascensão do autoritarismo populista. A metodologia é comparativa, tanto com um recorte empírico longitudinal (1989–2022), quanto transversal (2017–2022), a partir de dados do World Values Survey (WVS). Os resultados encontrados revelam que os brasileiros em geral possuem os índices mais altos de desconfiança política, são hoje menos orgulhosos da sua nacionalidade, são os mais insatisfeitos com o sistema político e retêm uma percepção de corrupção generalizada sobre o país. Elementos sobre os quais foram construídos a política do populismo autoritário, que ampliou seus espaços de poder nos últimos anos.

Palavras-chave: Cultura Política; Confiança Política; Democracia; Autoritarismo; Extrema Direita.

Resumen: Esta investigación compara e investiga algunas de las razones del alto nivel de desconfianza política entre los brasileños en un contexto de cultura política autoritaria y su relación con el auge del autoritarismo populista. La metodología es comparativa, utilizando un enfoque empírico longitudinal (1989-2022) y transversal (2017-2022), basado en datos de la Encuesta Mundial de Valores (WVS). Los resultados revelan que los brasileños, en general, presentan los mayores niveles de desconfianza política, se sienten menos orgullosos de su nacionalidad, son los más insatisfechos con el sistema político y mantienen una percepción de corrupción generalizada en el país. Estos son elementos sobre los que se ha construido la política del populismo autoritario, que ha expandido su poder en los últimos años.

Palabras clave: Cultura Política; Confianza Política; Democracia; Autoritarismo; Extrema Derecha.

Abstract: This research compares and investigates some of the reasons for high political distrust among Brazilians in a context of authoritarian political culture and its relationship with the rise of populist authoritarianism. The methodology is comparative, with both a longitudinal (1989–2022) and a cross-sectional (2017–2022) empirical approach, based on data from the World Values Survey (WVS). The results reveal that Brazilians in general have the highest levels of political distrust, are less proud of their nationality today, are the most dissatisfied with the political system, and retain a perception of widespread corruption in the country. These are elements on which the politics of authoritarian populism were built, which has expanded its spaces of power in recent years.

Keywords: Political Culture; Political Trust; Democracy; Authoritarianism; Far Right.

[1] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). É pesquisador associado ao Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC), pesquisador da World Values Survey Brasil (WVS) e pesquisador do grupo Des (Informação) e Democracia na Era Digital (Feevale), todas vinculadas ao CNPQ. E-mail: molahms@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5516858926327746. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4374-5216.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre os rumos da democracia estão longe da convergência. Acredita-se, por exemplo, que ela esteja passando por uma fase de transição (Schmitter, 2015; Markoff, 2013) ou apenas por uma crise (Przeworski, 2020; MAINWARING, 2019), e que na verdade não houve grandes erosões e seus ganhos globais permanecem estáveis (Levitsky; Way, 2015). Outros, todavia, chamam a atenção para uma recessão democrática (Diamond, 2017, 2020; Bermeo, 2016), ou ainda, que uma verdadeira onda de autocratização ganhou força no interior, tanto de democracias longevas, quanto em regimes mais jovens, ao mesmo tempo em que altera sua natureza (Lührmann; Lindberg, 2019).

A questão é que a democracia liberal passa por um momento conturbado em todo o mundo. De acordo com o relatório publicado em 2023 pelo Instituto Variedades de Democracia (V-Dem), o nível global democrático encontrado em 2022 recuou ao mesmo patamar daquele de 1986 e hoje 72% da população global vive em autocracias (Papada *et al.*, 2023; Wiebrecht *et al.*, 2023). Conforme o relatório, nos últimos anos, mais países se autocratizaram que se democratizaram e por trás desse movimento global estão questões envolvendo a precarização da vida e do emprego, dissonância das instituições representativas, transformações nas ferramentas de circulação da informação e um declínio consistente da confiança nas instituições e processos políticos.

Na prática, o autoritarismo vem ganhando protagonismo em todos os continentes ao ressurgir fortemente da cultura para a *práxis política*. De Victor Orbán na Hungria a Javier Milei na Argentina, de Rodrigo Duterte nas Filipinas a Recep Erdogan na Turquia. Ou ainda, na competitividade de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos e na força de Jair Bolsonaro e o movimento bolsonarista no Brasil. Seja na crescente presença no cenário político nacional de partidos como a Frente Nacional francesa, o Fórum Nacional da Holanda, ou ainda, a Liga do Norte na Itália. Todos os casos citados têm algo incomum: serem críticos da democracia liberal e a concepção iluminista trazida por ela.

Após alcançar o seu auge nos anos 90 (Foa, 2021), a democracia iniciou as duas primeiras décadas do século XXI em fase de turbulência. Todavia, antes de ser uma fase de constrangimento dos procedimentos institucionais ou abruptas rupturas, a crise da democracia é, sobretudo, uma crise de crença. Existe um processo inicial de desconexão e uma alta insatisfação com o regime (Foa; Mounk, 2016, 2017; Chu; Lagos; Mattes, 2020; Castro; Santos; Beal, 2020) e, anterior e paralelamente o declínio da confiança política vem aparecendo em

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

pesquisas como uma variável comum (Newton; Norris, 1999; Pharr; Putnam; Dalton, 2000; Moisés, 2005, 2010, 2013; Baquero; Castro; Ranincheski, 2016; Wike; Fetterolf, 2018).

Se o apoio, como preconizado originalmente por Easton (1957), tem importância fundamental para o futuro do regime, devendo, portanto, ser objeto de constante atenção e monitoramento de sua escassez, indissociável a ele está a questão da confiança política, pela simples razão dela oferecer, entre outras coisas, bases para a legitimidade do sistema político. O caso brasileiro chama a atenção em razão da queda da confiança nas instituições políticas ter declinado de maneira generalizada por mais de uma década. Partidos Políticos e o Congresso Nacional são as instituições representativas em que os brasileiros menos confiam, mas também o Governo e os processos eleitorais igualmente estão no centro das preocupações.

Existe uma cultura de desconfiança política dos brasileiros não só em relação à representação política, mas também no que diz respeito ao regime. Em momentos de crises agudas, saídas inconstitucionais passam a ganhar apelo social de uma parcela considerável da população. A eleição do populista da extrema direita, Jair Bolsonaro, pelo Partido Social Liberal (PSL) em 2018 foi viabilizada em razão de grande parcela do eleitorado brasileiro estar profundamente desiludido e insatisfeito com o sistema político. Junho de 2013 e a ascensão de novos grupos sociais e políticos, Lava Jato, crise econômica e política, porém, apenas podem ter reforçado uma cultura de afastamento e desconfiança que acompanha o país desde o seu nascimento, caminhando lado a lado com sua cultura autoritária.

O objetivo deste artigo é investigar as causas da desconfiança política dos brasileiros num contexto de cultura autoritária que funcionaram como insumos para a ascensão da extrema direita, com a eleição de um presidente declaradamente antidemocrático, e com o crescente protagonismo na atuação de grupos antissistêmicos. A base empírica traz dados transversais e longitudinais da Pesquisa Mundial de Valores (WVS) referentes à confiança política dos brasileiros, onde é analisada comparativamente com outros países que apresentam igualmente a ascensão da extrema direita e de grupos antissistêmicos, são eles: Alemanha, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Filipinas, França, Hungria, Indonésia, Itália, México, Tailândia, Tunísia, Turquia e Ucrânia.

A pesquisa está distribuída da seguinte maneira: além desta introdução, ela traz uma breve revisão da literatura sobre o fenômeno da insatisfação e de desconfiança política; em seguida, na parte empírica, é trazida uma série de gráficos sobre a confiança dos brasileiros comparativamente com os demais países selecionados, bem como análises de algumas dimensões do apoio ao regime para o caso brasileiro; na sequência a discussão traz a relação da

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

cultura de desconfiança política com o ressurgimento do autoritarismo; e por fim, as conclusões apontam para os desafios analíticos e limites empíricos para o caso estudado.

O QUE NOS DIZ A LITERATURA EXISTENTE

A crise da democracia[2], por meio da crescente insatisfação, desilusão, demandas por maior participação e a questão da confiança para o regime não são temas novos de pesquisa. O que há de novo é o aumento dos desafios teóricos e metodológicos para entender um fenômeno complexo como o declínio da confiança política nas democracias contemporâneas. Para facilitar a compreensão das discussões a seguir, os estudos são agrupados em duas visões abrangentes: a teoria dos cidadãos críticos, e pós-lua de mel e a do desempenho econômico, com a primeira dando enfoque a evolução dos valores e a segunda visão retendo-se mais no desempenho econômico. Tal resolução é feita apenas com o propósito de melhorar a didática na compreensão, e que de modo algum pretende simplificar estudos tão diversos quanto complexos sobre o tema.

FIGURA 1 -Visões sobre a confiança política.



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Um esforço importante foi feito por Norris (1999) que chamou a atenção para o fato de que os cidadãos de democracias consolidadas estariam se tornando mais críticos e rigorosos ao avaliarem o sistema político e, consequentemente, a democracia e suas instituições representativas. Norris se ancorou na tese original do pós-materialismo de Inglehart (1971), e partiu da compreensão de que os cidadãos de democracias em países industriais avançados, que haviam experimentado níveis altos de segurança material e existencial, reorientassem sua atenção para valores de autoexpressão e emancipação, ou seja, valores pós-materialistas.

O aumento da exposição dos cidadãos aos meios de comunicação, da capacidade destes de acumular informação, e dos impactos provocados nas percepções, atitudes e comportamentos das pessoas levaram Norris (1999, 2011) a formular o conceito de *cidadãos críticos*, onde apontou evidências para uma mudança no comportamento do cidadão em relação

[2] A Comissão Trilateral de 1973 foi um fórum de discussão que já havia levantado vários aspectos relativos à crise da democracia. O livro resultante do relatório pode ser acessado em: https://archive.org/details/TheCrisisOfDemocracy-TrilateralCommission-1975/page/n0.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

ao sistema político em geral. Essa mudança estava provocando um aumento da capacidade cognitiva dos cidadãos sobre o campo da política, onde uma maior exposição ao noticiário, principalmente em matérias de cunho negativo sobre o campo da política, ao mesmo tempo em que reforçava as aspirações democráticas, também levava o cidadão a se comportar de maneira mais crítica na hora de avaliar a política, suas instituições e o desempenho do regime.

A tese do pós-materialismo, basicamente, parte da premissa que os coortes geracionais que experimentam uma segurança existencial material robusta voltam suas atenções para questões mais amplas como direitos de liberdade, posicionamentos mais responsáveis em relação ao meio ambiente em detrimento de decisões de concentração de poder e hierarquia. Nesta tese a democracia aparece como o regime político no qual novas aspirações e demandas encontram uma vazão mais ampla. Inglehart e Welzel (2009), Welzel (2013) e Inglehart (2018) têm argumentado, através de sua "teoria emancipadora da democracia", que o surgimento de valores que liberam o indivíduo do julgo da autoridade e promovam a possibilidade de escolha humana através da autoexpressão, constitui um fator central para entender não só o aparecimento da democracia, mas também a forma como as pessoas entendem e julgam o sistema político.

A chave explicativa deste modelo gira em torno da passagem – em alguns momentos os autores preferem chamar de evolução –dos chamados "valores de sobrevivência" para "valores de autoexpressão e emancipação humana". Ao lado da mudança cultural, Norris (2011), trouxe para seu bojo explicativo a maior exposição às mídias, uma consequência da revolução tecnológica provocada nos meios de comunicação com o surgimento das mídias sociais digitais e a propagação de notícias com tendência negativa, uma vez que elas teriam um maior poder de capturar audiência. A avaliação mais negativa, o aumento da insatisfação e a queda da confiança nas instituições fariam parte da nova estruturação das preferências dos chamados cidadãos críticos.

Usando como recorte os mesmos países do relatório da Comissão Trilateral, outro argumento foi trazido por Pharr, Putnam e Dalton (2000) que encontraram padrões sistemáticos de queda da confiança nas lideranças e nas instituições políticas. Para explicar a queda da confiança os autores apontaram para um baixo crescimento econômico e uma piora no desempenho da democracia, principalmente em relação às instituições representativas e a falta da capacidade de resposta por parte delas às demandas populares, uma mudança nos critérios e padrões de avaliação e um "excesso" de informação, elementos estes que frustravam as expectativas em relação ao próprio desempenho da democracia.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Na América Latina, os estudos exploraram o que se convencionou chamar de "pós-lua de mel". Foi o que fizeram Catterberg e Moreno (2005), que analisaram a confiança em instituições políticas de regimes democráticos na América Latina. Os autores argumentaram que os países que haviam feitos transições recentes para a democracia (o caso de muitos países latino-americanos) geraram grandes expectativas de que a instauração do novo regime solucionaria muitos dos problemas que os regimes anteriores (autoritários) não foram capazes de resolver. E uma vez que essas expectativas não foram atendidas os sintomas resultantes mais recorrentes seriam a frustração e a desilusão com a democracia. A baixa confiança em suas instituições políticas apareceria como reflexo desse sintoma de frustração e desilusão após o momento de esperança com a mudança para a democracia, ou seja, após o momento de "lua de mel" com o regime.

A análise de Ribeiro (2011) para a América Latina também seguiu esse caminho. Partindo da hipótese que os níveis de confiança política na América Latina estavam mais associados a quebras de expectativas fomentadas pelos processos de democratização que a um aprimoramento de cidadania crítica, o autor pressupôs que havia indícios significativos de desencanto entre os latino-americanos. Embora o recorte metodológico seja limitado, pois apenas quatro países são investigados (Argentina, Brasil, Chile e Peru), os resultados confrontaram a tese da cidadania crítica, apontando que a crescente desconfiança [institucional] tem suas "raízes na frustração e quebra de expectativas em relação ao desempenho concreto das instituições que compõem o regime" (Ribeiro, 2011, p. 180).

É importante ressaltar que a argumentação teórica do "pós-lua de mel" surgiu como alternativa à tese dos *cidadãos críticos* de Norris (1999), para nações que, segundo os autores, ainda não possuíam os requisitos necessários para se gerar cidadãos dotados de valores de autoexpressão e emancipação humana. E também como resposta a parte do argumento dela de que em democracias consolidadas a baixa confiança institucional poderia agir como um ativador natural potencial da capacidade de renovação e resiliência das instituições e lideranças políticas. Mas em jovens democracias, como é o caso do Brasil, ela agiria mais como um agente que desestabiliza e trava o processo decisório, além de minar a legitimidade institucional e prejudicar o desenvolvimento de um regime de maior qualidade.

Tentativas de explicar a queda de confiança do brasileiro em relação às suas instituições geralmente estiveram associadas à premissa da tese do "pós-lua de mel". Nesse sentido, outro esforço importante foi feito por Moisés (1995), onde procurou explicações radicadas não apenas em componentes econômicos, mas também nas raízes políticas do fenômeno. Assim, tanto a

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

premissa normativa da democracia (adesão) quanto a presença do desencanto, insatisfação com o desempenho das instituições e desconfiança estariam presentes (Apoio mais específico). Os resultados apontavam uma taxa de censura aos políticos em mais de 80%, insatisfação com o governo e Congresso Nacional majoritária, sugerindo "uma tendência nacional de rejeição aos políticos e, também, ao modo de funcionamento de algumas instituições" (Moisés, 1995, p. 206).

Estudos e pesquisas como a de Moisés (2010; 2013), Meneguello (2010; 2013) e Mesquita (2013) têm se centralizado na justificativa normativa de existência institucional e no subentendimento da capacidade de avaliação do cidadão brasileiro destas prerrogativas. Segundo Moisés e Carneiro (2008) e Moisés (2010), a capacidade das instituições de mostrar universalismo, imparcialidade, justeza e probidade, ou seja, reflexos normativos, está diretamente relacionada ao ganho da confiança política. Esta capacidade, todavia, é limitada, pois nem todo cidadão teria suficiente conhecimento para entender sobre as prerrogativas do Senado, do Governo, partidos políticos e outras instituições, por exemplo.

Parcela considerável dos brasileiros acredita que sua democracia poderia perfeitamente funcionar sem os partidos políticos e o Congresso Nacional (Moisés e Carneiro, 2008) e muitos acreditam que ter uma liderança forte que não precise se preocupar com estas duas instituições poderiam trazer benefícios para o país. Essa cultura de desconfiança política funcionou como um insumo importante para o ressurgimento autoritário no Brasil, portanto é oportuno analisá-la comparativamente com os países que apresentam ascensão da extrema direita e do populismo autoritário.

DADOS E METODOLOGIA

Método utilizado é de análise comparativa quantitativa transversal e longitudinal a partir de dados das ondas da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey – WVS). A escolha dos países obedeceu ao critério de haver neles lideranças, movimentos ou partidos com a extrema direita em ascensão, são eles: Alemanha, Brasil, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Filipinas, França, Hungria, Indonésia, Itália, México, Tailândia, Tunísia, Turquia e Ucrânia. Serão objetos de análise comparada transversal as dimensões *confiança nos partidos*, no *parlamento*, no *governo*, na *imprensa* e a *percepção de corrupção no país*, enquanto a análise longitudinal — apenas para o Brasil — se ocupa das dimensões *importância da democracia* e *quão democraticamente o país está sendo governado hoje* e a *satisfação com o sistema político*.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

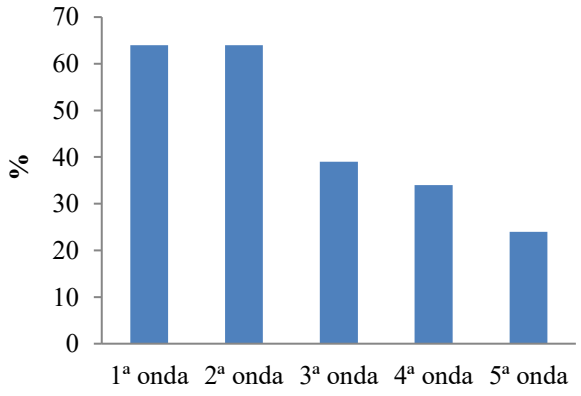
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Embora não haja dados sobre a França, Hungria e Itália para as dimensões *confiança nas eleições* e *percepção de corrupção no país*, esta pesquisa acredita que eles devem ser mantidos no quadro de recorte, pois são países por onde a extrema direita vem circulando com desenvoltura. Para a construção dos gráficos 4 ao 10, apenas se considera as respostas mais negativas, ou seja, "nenhuma confiança" e "há corrupção abundante em meu país".

A Pesquisa Mundial de Valores (WVS) é uma investigação feita através de pesquisas *surveys,* representantes de amostras elaboradas para cada país pesquisado, realizada por uma rede global de cientistas sociais que estudam a mudança nos valores e seus impactos na vida social, política e econômica dos países. Foi iniciada na década de oitenta pelo professor Ronald Inglehart e colaboradores e hoje cobre mais de 90% da população mundial[3].

O gráfico 1 abaixo traz um forte declínio no orgulho de ser brasileiro. Enquanto que na primeira onda 64% se diziam orgulhosos de serem brasileiros, na quinta onda apenas 24% o fazem. Já o gráfico 2, na sequência, mostra que o grau de importância da democracia para os brasileiros cresceu nas últimas 3 ondas pesquisadas. Ele foi de 40% na primeira onda, subiu para 49%, na segunda, e atingiu 53% na última onda disponível. Todavia, o paradoxo com o gráfico 3 e 4 é forte. Cresceu entre os brasileiros a percepção de que o país não é governado de forma democrática. Na primeira onda apenas 7% dos cidadãos acreditava que o Brasil era governado de maneira nenhum um pouco democrática, enquanto que na última onda esse índice salta para 36%. Ao mesmo tempo em que os brasileiros dão maior apoio e creditam maior importância a democracia, eles também aumentam a percepção de que o país não é governado de maneira democrática.

GRÁFICO 1 - Orgulho de ser brasileiro.



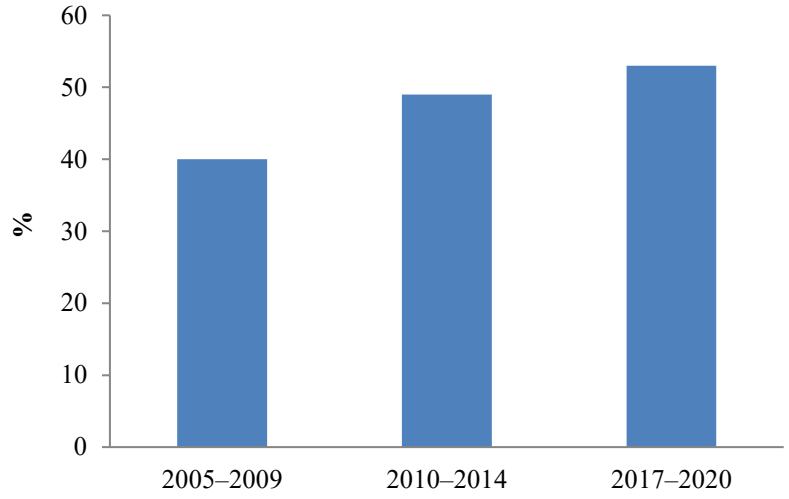
Fonte: World Values Survey (ondas 1989–1993, 1994–1998, 2005–2009, 2010–2014 e 2017–2020).
Para este gráfico considera-se apenas a resposta "muito orgulhoso".

[3] Fonte: Seus dados estão disponíveis no endereço: http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

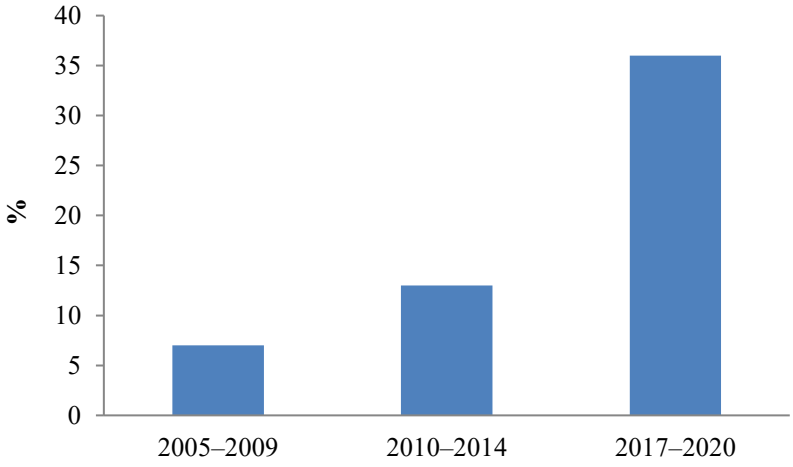
Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

GRÁFICO 2 - Importância da democracia (Brasil).



Fonte: World Values Survey (ondas 2005 – 2009, 2010 – 2014 e 2017 – 2020).
Para a construção deste gráfico, numa escala de 1 a 10, onde 1 corresponde a reposta "nada importante" e 10 "totalmente importante", foi considerado apenas a última escala.

GRÁFICO 3 - Quão democraticamente o Brasil está sendo governado – nenhum um pouco democrático.



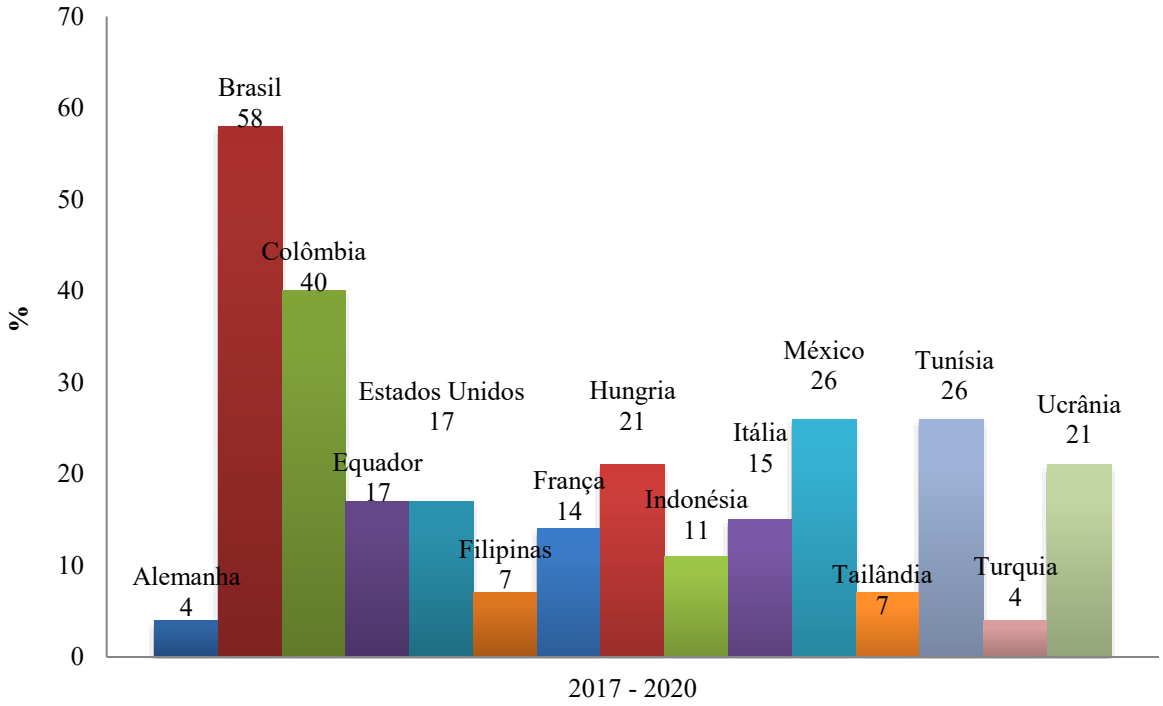
Fonte: World Values Survey (ondas 2005 – 2009, 2010 – 2014 e 2017 – 2020).
Para este gráfico considera-se apenas a resposta "nenhum um pouco democrático".

Outro paradoxo encontrado é quando se analisa a satisfação do brasileiro com o sistema político. Comparativamente, ele é o cidadão que menos está satisfeito com o desempenho apresentado por este sistema. Entre os brasileiros 58% dizem estar nenhum um pouco satisfeito com o sistema político do país, enquanto bem abaixo vêm Colômbia, com 40%, México e Tunísia com 26%.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

GRÁFICO 4 - Satisfação com o desempenho do sistema político (nenhum pouco satisfeito).



Fonte: World Values Survey (onda 2017 – 2020).

Os respondentes tinham de responder numa escala de 1 a 10, onde 1 corresponde a resposta “nenhum pouco satisfeito” e 10 “completamente satisfeito”, para a construção deste gráfico foi considerado apenas a primeira escala.

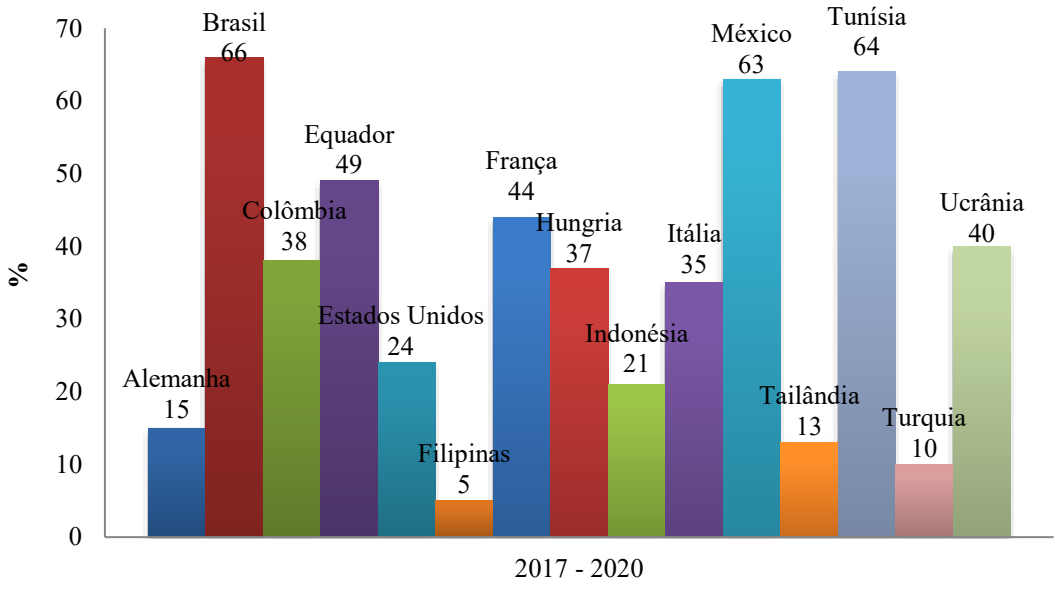
O gráfico 5 abaixo traz a confiança dos cidadãos nos partidos políticos de seus respectivos países. Os índices selecionados dizem respeito apenas a resposta “não tem nenhuma confiança”, excluindo as demais respostas “confia totalmente”, “confia em parte” e “confia pouco”. O mesmo procedimento é usado para a construção dos gráficos sobre a confiança no parlamento, no governo, nas eleições e na imprensa.

O Brasil é o país onde há maior desconfiança nos partidos políticos entre os países selecionados. Entre os brasileiros, 66% dizem não haver nenhuma confiança, seguido de Tunísia, com 64% e de México, com 63%. Todos os demais países apresentam índices inferiores a 50%. Na ponta de baixo, Filipinas apresenta o menor índice de desconfiança, apresentando 5%, seguido de Turquia, com 10%, Tailândia, com 13% e Alemanha, com 15%.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

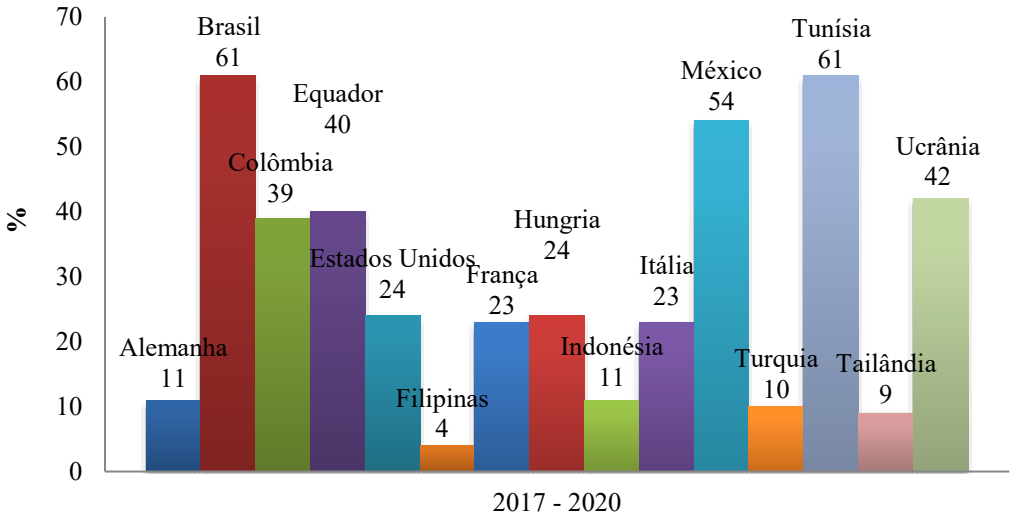
GRÁFICO 5 - Confiança nos partidos políticos (nenhuma %).



Fonte: World Values Survey (onda 2017 – 2020).
Para a construção deste gráfico consideramos apenas a resposta "não tem nenhuma confiança".

O gráfico 6 abaixo diz respeito à confiança no Parlamento. Entre os brasileiros e tunisianos 61% dizem não haver nenhuma confiança neste tipo de representação, com o México já um pouco abaixo, com 54%. Na ponta de baixo as similaridades continuam, com Filipinas apresentando 4% de desconfiança, Tailândia com 9%, Turquia com 10% e Alemanha e Indonésia com 11%.

GRÁFICO 6 - Confiança no Parlamento (nenhuma %).



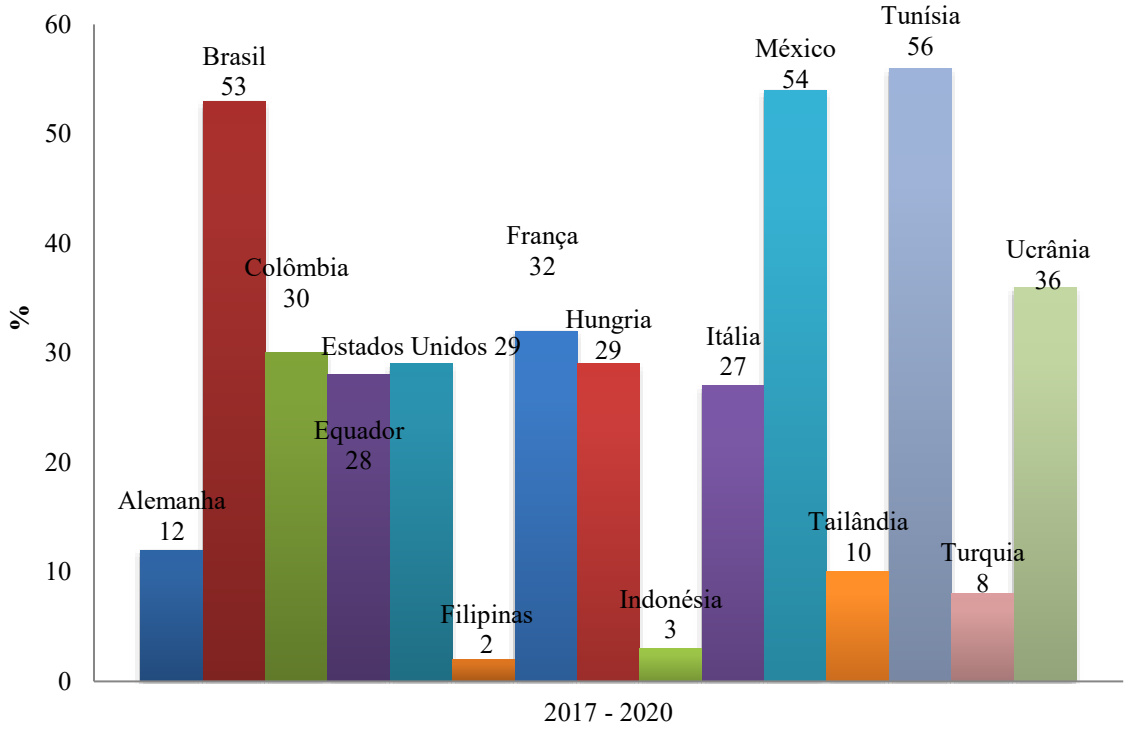
Fonte: World Values Survey (onda 2017 – 2020).
Para a construção deste gráfico consideramos apenas a resposta "não tem nenhuma confiança".

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

No gráfico 7, cidadãos da Tunísia, México e do Brasil apresentam os maiores índices de desconfiança nos governos de seus países, com o primeiro tendo 56%, o segundo 54%, e o terceiro com 53%. Os países que têm os menores índices são Filipinas com 2%, Indonésia com 3%, Turquia com 8%, Tailândia com 10% e Alemanha com 12%.

GRÁFICO 7 - Confiança no Governo (nenhuma %).



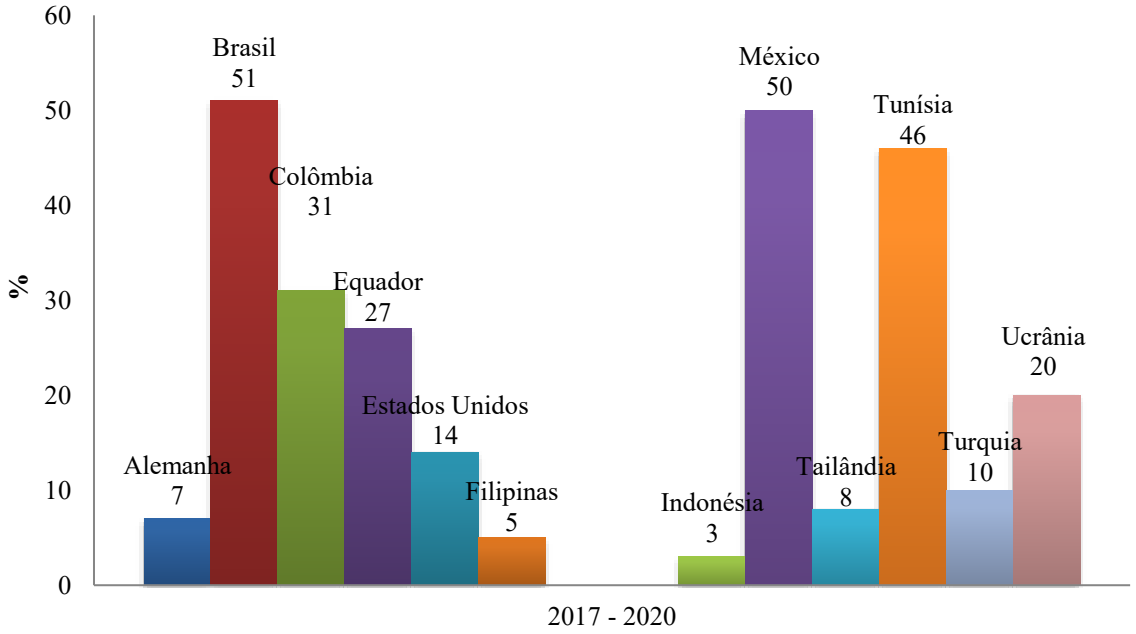
Fonte: World Values Survey (onda 2017 – 2020).
Para a construção deste gráfico consideramos apenas a resposta "não tem nenhuma confiança".

O gráfico 8 abaixo diz respeito à confiança entre os cidadãos nas eleições de seus países. Novamente Brasil, México e Tunísia seguem na dianteira, com o primeiro tendo 51%, o segundo 50% e o terceiro 46% de desconfiança no processo eleitoral. Embora não haja dados disponíveis sobre a França, Hungria e Itália, os países com os menores índices de desconfiança seguem os mesmos, ou seja, Indonésia com 3%, Filipinas com 5%, Alemanha com 7%, Tailândia com 8% e Turquia com 10%.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

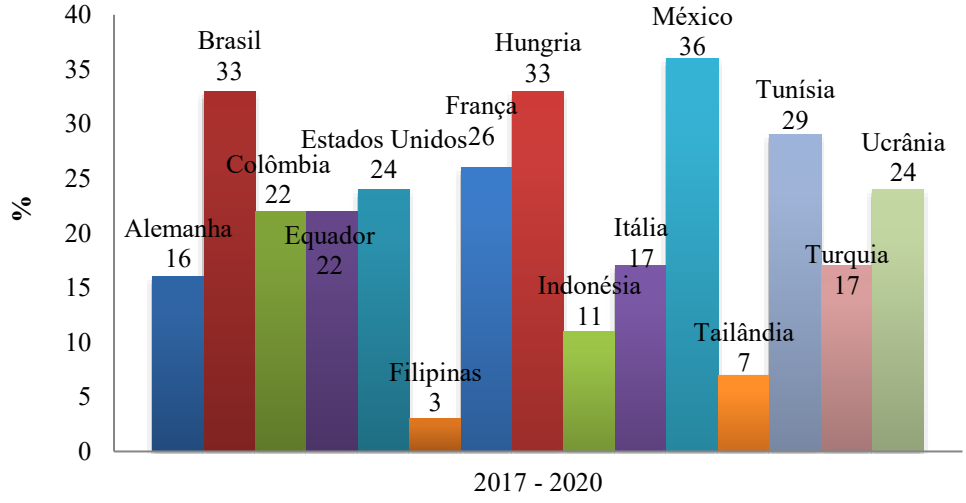
GRÁFICO 8 - Confiança nas eleições (nenhuma %).



Fonte: World Values Survey (onda 2017 – 2020).
Para a construção deste gráfico consideramos apenas a resposta "não tem nenhuma confiança".

O próximo gráfico aponta a confiança na imprensa entre os cidadãos. Embora abaixo dos 50% quando comparado com os gráficos anteriores, México, Brasil e Hungria são os países que apresentam os piores índices, o primeiro retendo 36%, o segundo e terceiro com 33% de desconfiança entre os seus cidadãos. Com os menores índices de desconfiança estão Filipinas com 3%, Tailândia com 7%, Alemanha com 16% e Turquia com 17%.

GRÁFICO 9 - Confiança na imprensa (nenhuma %).



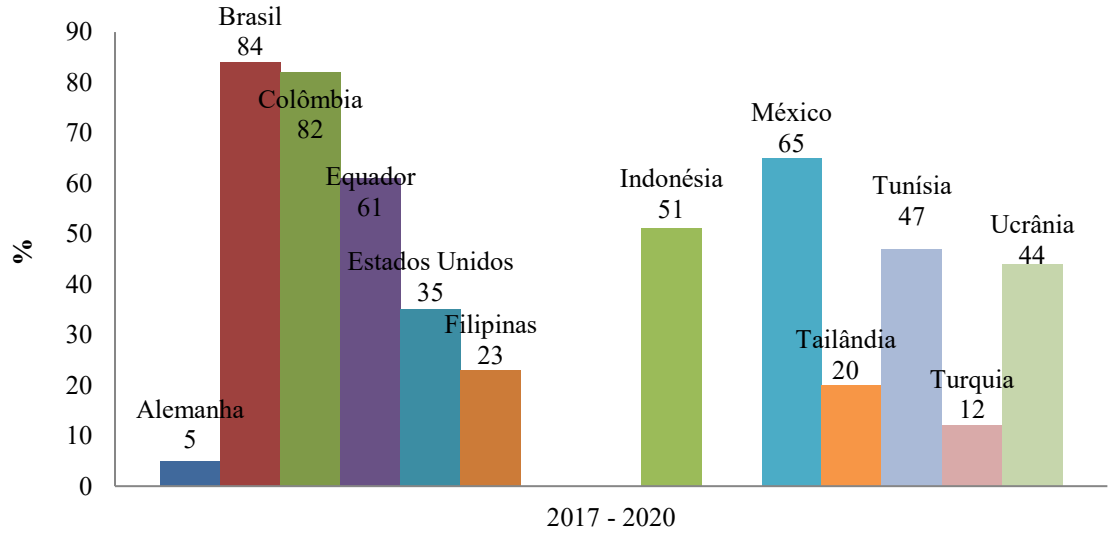
Fonte: World Values Survey (onda 2017 – 2020).
Para a construção deste gráfico consideramos apenas a resposta "não tem nenhuma confiança".

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

O último gráfico analisado trata da percepção de corrupção entre os cidadãos destes países. Aqui os índices são os mais altos e não é mais o México que segue ao lado do Brasil, mas a Colômbia. Entre os brasileiros 84% dizem haver corrupção em abundância no país, enquanto 82% o fazem na Colômbia e 65% no México. Entre os países onde essa percepção é menor segue a Alemanha com 5%, Turquia com 12%, Tailândia com 20% e Filipinas com 23%. Não há dados disponíveis dessa onda para França, Hungria e Itália.

GRÁFICO 10: Percepção de corrupção.



Fonte: World Values Survey (onda 2017 – 2020).
Para a construção deste gráfico, numa escala de 1 a 10, onde 1 corresponde a reposta "não há corrupção em meu país" e 10 "há corrupção abundante em meu país", foi considerado apenas a última escala.

CULTURA DE DESCONFIANÇA POLÍTICA E O POPULISMO AUTORITÁRIO: BREVE DISCUSSÃO

Os dados trazidos por esta pesquisa mostram, comparativamente, um cenário no qual o Brasil situa-se numa posição não muito privilegiada quando se leva em consideração a confiança dos seus cidadãos em suas instituições políticas. Apenas o México apresenta dados tão preocupantes quanto o Brasil. Apesar da adesão e da importância que os brasileiros dão ao regime ser satisfatória, a crescente insatisfação com funcionamento do sistema político e o aumento na percepção de que o país não está sendo governando de maneira democrática preocupa, assim como a alta desconfiança política entre os cidadãos.

Três pontos nessa discussão merecem destaque. O primeiro deles é o fato de que tanto países com altos índices de desconfiança, como é o caso do Brasil, quanto àqueles com baixos índices, apresentam fenômenos como a ascensão da extrema direita ou ressurgimento

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

autoritário em rondando muitos dos espectros ideológicos. Exemplos disso são Brasil e Filipinas, México e Turquia. Em alguns casos podem conjugar o movimento de lideranças com organização da cartilha partidária, como é o caso da Frente Nacional francesa de Marie Le Pen e o Partido pela Liberdade holandês de Geert Wilders e Thierry Baudet. Em outros como o Brasil e Estados Unidos o apoio de parte expressiva da sociedade pode ter se dado em consequência de crises econômicas agudas com um forte *backlash* cultural (Norris; Inglehart, 2019), principalmente relacionado a pautas identitárias.

O segundo ponto de destaque vem do fato de que o fenômeno da desconfiança está presente igualmente, tanto nos países de primeiro mundo, considerados de alta renda, quanto em países em desenvolvimento, considerados de renda média. Apesar de Brasil e México liderarem esse fenômeno, como se vê na pesquisa aqui apresentada, a mediana contempla também países como Estados Unidos, França e Itália, ou seja, países considerados desenvolvidos. Esse ponto é importante, pois fragiliza ainda mais a tese original de Lipset (1959), de que crescimento e desenvolvimento econômico levam à democracia, ou ainda, de que isso, *per si*, consolidaria o regime democrático como argumentaram Przeworski, Cheibub e Limongi, (2003).

O último ponto — o mais importante — é o papel desempenhado pela cultura política em atitudes de maior ou menor confiança política. Por que razão os filipinos, tailandeses, turcos e indonésios são os menos desconfiados, mas apresentam uma cultura de apoio a líderes autoritários como Rodrigo Duterte, Recep Erdogan e outros? Outra questão é o aumento na expressividade de lideranças, movimentos e partidos políticos em países considerados modeladores da democracia, como Estados Unidos, França e Inglaterra. Embora a abordagem comparativa possa encontrar explicações para algumas lacunas entre similaridades e diferenças, nesse caso é bom relembrar Weber (2006), quanto mais complexos forem os problemas, mais a necessidade de abordagens pluricausais. O enfoque explicativo, todavia, sugere que a direção deve vir tanto da cultura quanto da economia e instituições, havendo, portanto, uma confluência de fatores.

No caso brasileiro, uma análise mais aprofundada sobre o fenômeno da desconfiança política deve levar em conta as matrizes de formação social, econômica e política, bem como a evolução e a inserção dessas matrizes num cenário de capitalismo atual avançado. Uma terra destinada à exploração pelo Estado mercantilista mais desenvolvido à época, Portugal, acabou por regular, desde o início, toda a fonte de riqueza que viesse a ser produzida. Existiu no Brasil, então, primeiramente a ideia de exploração que a de povo a ser desenvolvido. É por essa razão

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

que a argumentação de Ribeiro (2006) é pertinente, a de nunca ter havido aqui [no Brasil] uma ideia de povo, atribuindo-lhes direitos e garantias.

À medida que o mando da coisa público-privada na exploração da riqueza se expande, suas características patrimonialistas ficam mais expostas. Enquanto a dimensão institucional do patrimonialismo ganha corpo, assumindo as características do seu progenitor português, como ponderou Faoro (2012), o nascimento da sociedade brasileira incorpora sua dimensão cultural do patrimonialismo (Holanda, 1963). Hoje estas duas dimensões do patrimonialismo (a institucional e a cultural), convivem e se permutam, assumindo novas conotações no contexto atual.

A separação do corpo social das estruturas políticas de dominação é uma das principais marcas no Brasil do passado e do presente. Em todo o período colonial e boa parte do império não houve movimentos expressivos de massa[4], as revoltas que existiram sempre estiveram ligadas às perdas e brigas das elites econômicas e políticas locais e regionais. O primeiro grande movimento veio com a pressão pela abolição da escravidão. Esta é uma das razões para que Carvalho (2019) destaque o fato de que, no Brasil, os direitos políticos precedem os direitos civis, uma vez que o direito fundamental à liberdade estava negado a uma parcela considerável da sociedade.

De lá para cá o país passou pela república dos Coronéis (1889 – 1930), o governo getulista constitucional e ditatorial[5] (1930 – 1937 e 1937 – 1945), o breve e conturbado período democrático (1945 – 1961/1964), uma ditadura militar (1964 – 1985), e o período de redemocratização (1989 – 2021). A pós-redemocratização é marcada pela transição política, busca da estabilidade econômica com o controle da inflação e a sinalização e implantação de políticas públicas para equidade econômica e social do país. Todavia, neste mesmo período, dois processos de impeachment levaram à deposição de dois presidentes (Fernando Collor em 1992 e Dilma Rousseff em 2016), diversos escândalos de corrupção, e crises econômicas severas para o país.

A crise econômica mundial de 2008 retardou sua chegada ao país, mas desde 2011 a economia brasileira mostrou desaceleração, e em 2015 e 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) chegou às taxas negativas de 1,6 e 5,1 de acordo com dados do Instituto de Pesquisas

[4] A revolta dos alfaiates pode ser considerada a mais popular que houve no período, pois integrava militares de baixa patente, artesão e escravos (Carvalho, 2019).

[5] Os governos Vargas constitucional possuem paradoxos que chamam a atenção. Ao mesmo tempo em que expandiu os direitos políticos (exemplo o voto feminino em 1932), logo depois tratou de suprimi-los, ao mesmo tempo em que expandiu os direitos sociais (exemplo de lei e direitos trabalhistas), logo tratou de cooptar os principais sindicatos.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Econômicas Aplicadas (Ipea-Data)[6]. À grave crise econômica somaram-se os escândalos da Lava Jato, que atingiram as principais lideranças da cena política brasileira. O resultado prático foi imediato, uma vez que o Partido dos Trabalhadores perdeu a presidência da República com o impeachment de Dilma Rousseff e metade das prefeituras nas eleições de 2016 com perdas significativas também no pleito eleitoral de 2020.

O cenário de terra arrasada criou um terreno fértil para o crescimento de uma liderança que se apresentasse como a antípoda de tudo aquilo que a política tradicional representava. Jair Bolsonaro galvanizou em torno de si pautas morais, religiosas, de anticorrupção e do saudosismo militar, se aproximando do lobby e de grupos de interesse até então à margem das decisões oficiais do Estado. Seguindo a cartilha bannista do populismo autoritário e anti-iluminista (Alexander, 2018), Bolsonaro se posicionou sempre de maneira antagônica no conflito para radicalizar a identificação de seu grupo político (Mendonça, 2012), ranqueando inimigos e execrando adversários, perseguindo jornalistas e fazendo ataques sistemáticos aos veículos de imprensa, além de fomentar constantemente movimentos antissistemas, que pediam o fechamento do Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal, ou seja, ele faz o que Levitsky e Ziblatt (2018) denominam de "jogo duro institucional".

As saídas possíveis para que boa parte das democracias existentes não caiam na espiral de autocratização que vem ganhando força passam pela resolução de problemas globais, nacionais e locais. A redução da desigualdade econômica tem se tornado um tema cada dia mais inadiável, como apontou Piketty (2014, 2020), sendo oportuna a tributação progressiva dos ricos para mitigar o problema da concentração da renda. Segundo Inglehart e Norris (2017), uma das razões da ascensão do populismo autoritário (nos países desenvolvidos) está no aumento da desigualdade econômica e na insegurança existencial entre os cortes geracionais que ela provoca.

No Brasil, de acordo com Souza (2018), apesar do otimismo provocado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNADs) da primeira década do século XXI — os quais haviam refletido uma redução na desigualdade de renda no Brasil —, quando se olha para o topo, percebe-se que a concentração de renda manteve seu caráter de inércia. Se é que houve, de fato, uma redução da desigualdade nesse período, ela se deu via um consumo que foi rapidamente perdido pela crise econômica subsequente a 2014.

[6] Os dados estão disponíveis neste endereço: http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38414. Acesso em 14-04-2024.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Outras questões como nacionalismo, imigração, pautas identitárias e meio ambiente também tem alimentado grupos radicais por meio da polarização social e política nas democracias. Boa parte no combate do populismo autoritário se dá em cima de questões morais, identitárias e nacionalistas. O futuro da democracia em muitos lugares depende das respostas a estes e outros problemas. E o Brasil não está a salvo desse dilema. A separação entre sociedade e estruturas políticas gerou uma cultura de desconfiança que vem sendo retroalimentada ao longo do tempo desde sua gênese. E a questão-chave que se coloca é a de que os eventos recentes aprofundaram a descrença e a desconfiança dos brasileiros no desempenho e nas instituições da democracia. Uma cultura política híbrida e fragmentária (BAQUERO, 2008; CASTRO, 2014) que vem contribuindo para a competitividade de lideranças antissistêmicas e autoritárias. Esta é uma armadilha que precisa ser superada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia não está a salvo em nenhum canto do mundo. As teses existentes sobre os requisitos necessários para consolidação ou desconsolidação ruíram diante de um quadro de crescente autocratização, tanto em democracias consideradas modelares, quanto em democracias jovens. Nem a variável renda, tão proferida por alguns pesquisadores, hoje atende ao chamado para justificar, sozinha, a direção democrática ao redor do mundo.

Como esta pesquisa trouxe, já algum tempo investigadores diversos vêm registrando que as atitudes, percepções e valores em relação à democracia partem em retirada, principalmente a partir da alta insatisfação com o desempenho do regime. Quedas sistemáticas da confiança nas instituições políticas e o apoio, por sua vez, cada vez mais expressivo a movimentos antissistemas e a lideranças que ignorem o Parlamento e a Alta Corte Constitucional de seus países tem se tornado comuns. A ausência desse apoio pode ajudar a explicar o crescimento das agendas abertamente antidemocráticas em muitos países.

Lideranças antidemocráticas vêm se preparando para governar, já governaram, governam, ou em alguns casos se preparam para retornar ao poder, como é o caso de Donald Trump nos Estados Unidos. Na Holanda e na França eles estão esperando um vacilo democrático, no Brasil, na Turquia e nas Filipinas eles vêm minando a crença nas instituições e processos do regime. Na Hungria, a pandemia do coronavírus serviu como mote central para o governo de Viktor Orbán desequilibrar de vez o jogo, fechando ainda mais o regime. Em todos estes casos a descrença no regime democrático antecedeu e serviu como base de

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

sustentação para que movimentos e lideranças antidemocráticas ampliassem ainda mais seu poder político.

Os dados apontaram que o caso do Brasil é preocupante e merece uma atenção redobrada. À exceção do México, nenhum outro país, quando levado à comparação proposta por esta pesquisa, apresenta índices tão altos de desconfiança política e insatisfação com o sistema. Os brasileiros de hoje são menos orgulhosos do seu gentílico do que já foram no passado e apresentam uma percepção generalizada de que a corrupção é abundante no país.

Apesar do quadro ruim brasileiro, ele não está sozinho. Como a discussão ressaltou a autocratização é um fenômeno que tem se apresentado tanto em países com altos índices de desconfiança política, quanto naqueles de baixa desconfiança. Além do mais, tanto países ricos, quanto os países em desenvolvimento registram o fenômeno, bem como cada caso deve ser objeto de análise levando em conta a sua cultura política e a direção por ela tomada. Mas nem por isso, se deve baixar a guarda, pois como bem foi salientado, há no Brasil a presença de uma cultura de desconfiança, que se galvanizou ao longo do tempo por meio da ubiquidade entre o surgimento da sociedade e a forte presença das estruturas políticas de dominação. Há, portanto, um afastamento genealógico entre estas duas esferas, uma ausência umbilical que gerou resignação e pouca confiança social e política.

Armadilhas autoritárias escrevem a história brasileira diacronicamente. Basta um rápido olhar pelo retrovisor para perceber que a regra tem sido o apoio social a lideranças fortes que não precisem responder pelos seus atos nem dividir poder com o legislativo e judiciário. Os ataques sistemáticos ao processo eleitoral, aos juízes do Supremo Tribunal Federal (STF) e a imprensa dão um paliativo dos desafios que virão pela frente. Se quiser consolidar seu regime, o Brasil precisa encarar sua cultura de desconfiança política existente, suplantando esta armadilha que coloca em xeque a legitimidade democrática.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. C. Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon. **Sociologia & Antropologia**, v. 8, n. 3, p. 1009-1023, 2018.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, pp. 380-413, 2008.

BAQUERO, Marcello.; CASTRO, Henrique. C. de O. de; RANINCHESKI, Sônia. M. (Des) confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no caso do Brasil: o caso das eleições de 2014. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 32, p. 9-38, 2016.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

BERMEO, Nancy. On democratic backsliding. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 1, p. 5-19, 2016.

CARVALHO. José. Murilo. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CASTRO, Henrique. C. de O. de. **Cultura política comparada**: democracia e mudanças econômicas; Brasil, Argentina e Chile. Brasília: Verbena, 2014.

CASTRO, Henrique; SANTOS, Débora de O.; BEAL, Luana I. A insatisfação política e a ascensão do autoritarismo-populista: uma análise da América do Sul e da Europa. **Revista Debates**, v. 14, n. 3, p. 99-125, 2020.

CATTERBERG, Gabriela; MORENO, Alejandro. The individual bases of political trust: trends in new and established democracies. **International Journal of Public Opinion Research,** Oxford, vol. 18, n. 1, p. 31-48, 2006.

CHU, Yun-Han; HUANG, Kai-Ping; LAGOS, Marta.; MATTES, Robert. A lost decade for third-wave democracies?". **Journal of Democracy**, v. 31, n. 2, pp. 166-181, 2020.

CLAASSEN, Christopher. Does public support help democracy survive?. **American Journal of Political Science**, v. 64, n.1, p. 118-134, 2020a.

CLAASSEN, Christopher. 2020b. In the mood for democracy? democratic support as thermostatic opinion. **American Political Science Review**, v. 114, n.1, p. 36-53, 2020b.

DIAMOND, Larry. **Para entender a democracia**. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.

DIAMOND, Larry. Democratic Regression in comparative perspective: scope, methods, and causes". **Democratization**, v. 28, 2020. DOI: https://doi.org/10.1080/13510347.2020.1807517.

EASTON, David. An approach to the analysis of political systems. **World Politics**. v. 9, n. 3, p. 383-400, 1957.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2012.

FOA, Robert. S. Why strongman win in weak states. **Journal of Democracy**, v. 32, n. 1, p. 52 – 65, 2021.

FOA, Robert.; Mounk, Yasha. The danger deconsolidation: the democratic disconnect". **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 05-17, 2016.

FOA, Robert; Mounk, Yasha. The signs of deconsolidation. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, p. 5-15, 2017.

HOLANDA, Sérgio. B. **Raízes do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

INGLEHART, Ronald. The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies. **American Political Science Review**, v. 65, n. 4, p. 991-1017, 1971.

INGLEHART, Ronald. Cultura e democracia. In: Harrison, Laurence. E.; Huntington, Samuel. P. (Orgs.). **A Cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. Trump and the populist authoritarian parties: the silent revolution in reverse. **Perspectives on Politics**, v. 15, n. 2, p. 443-454, 2017.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. The mith of democratic recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 45-58, 2015.

LEVITSKY, Steven; Ziblatt, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIPSET, Seymour. M. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. **The American Political Review**, vol. 53, n. 1, pp. 69-105, 1959.

LÜHRMANN, Anna.; Linderg, Stafan. A third wave of autocratization is here: what is new about it?. **Democratization**, v. 26, n. 7, p. 1095-1113, 2019.

MAINWARING, Scott; BIZZARRO, Fernando. The fates of third-wave democracies. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 1, p. 99-113, 2019.

MARKOFF, John. Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. **Sociologias**, v. 15, n. 32, pp. 18-50, 2013.

MENEGUELLO, Rachel. Aspectos do desempenho democrático: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime. In: Moisés, José. Á. (Org.). **Democracia e Confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 123-148, 2010.

MENEGUELLO, Rachel. As bases do apoio ao regime democrático no Brasil. In: Moisés, José. Á. ; Meneguello, Rachel. (Orgs). 2013. **A Desconfiança Política e Seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 93-120, 2013.

MOISÉS, José. Á. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS, José. Democracia e Desconfiança das Instituições Democráticas". In: Moisés, José. Á. (Org.). **Democracia e Confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 45-73, 2010.

MOISÉS, José; MENEGUELLO, Rachel. (Orgs). **A Desconfiança Política e Seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

NEWTON, Kennet; NORRIS, Pippa. 2000. "Confiance in public institutions". In. Pharr, Susan.; Putnam, Robert. D. (eds). **Disaffected democracies**: what's troubling the trilateral countries? Princeton: Princeton University Press, 2000.

NORRIS, Pippa. 1999. The Growth of critical citizens?. In: Norris, P. (ed.). **Critical citizens**: global support for democratic governance. New York: Oxford University, 1999.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **The cultural backlash**: Trump, Brexit e and the rise of authoritarianism populism. New York: Cambridge University Press, 2019.

PAPADA, Evie; ALTMAN, David; ANGIOLILLO, Fabio; GASTALDI, Lisa; KÖHLER, Tamara; LUNDSTED, Martin; NATSIKA, Natalia; NORD, Marina; SATO, Yuko; WIEBRECHT, Felix; LINDBERG, Staffan. (2023), **Defiance in the face of autocratization: Democracy Report**. Variedades de Democracia: University of Gothenburg.

PHARR, Susan J.; PUTNAM, Robert D.; DALTON, Russel J. A quarter-century of declining confiance. **Journal of Democracy**, vol. 11, n. 2, p. 5-25, 2000.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. São Paulo: Zahar, 2020.

PZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José. A.; Limongi, Fernando. Democracia e cultura: uma visão não culturalista, **Lua Nova**, n. 58, p. 9-36, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Ednaldo. A. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, vol. 19, n. 39, p. 167-182, 2011.

SCHMITTER, Philippe. C. Crisis and transition, but not decline. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 32-44, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SOUZA, Pedro. H. G. F. de. **A desigualdade vista do topo**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926–2013. 2016. 378f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

WELZEL, Christian. **Freedom Rising**: human empowerment and the quest for emancipation. New York: Cambridge University Press, 2013.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

WIEBRECHT, Felix; SATO, Yuko; NORD, Marina; LUNDSTEDT, Martin; ANGIOLILLO, Fabio; LINDBERG, Staffan. State of the world 2022: defiance in the face of autocratization. **Democratization**, v. 30, n. 5, p. 769-793. 2023. DOI: https://doi.org/10.1080/13510347.2023.2199452.

WIKE, Richard.; FETTEROLF, Janell. Liberal democracy's crisis of confidence". **Journal of Democracy**, v. 29, n. 4, p. 136-150, 2018.
World Values Survey (WVS). 2021. Disponível em: http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp. Acesso em: 20 abr. 2024.

DOI: 10.62236/missoes.v12i1.318
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional